

ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 9/2022 - PRES/DG/SAOFC/COMAP

1. INTRODUÇÃO

a) Em cumprimento ao disposto no artigo 3º, Incisos I a III, da Lei nº 10.520/2002 e **art. 3º, XI c/c o art. 8º, II do Decreto Federal nº 10.024/2019**, bem como ao Decreto n. 7.892/2013, elaboramos o presente Termo de Referência com os elementos necessários à **FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS** para eventual contratação de empresa especializada na **prestação** de serviços de filmagem, captação de imagens e sons, produção, edição e finalização de vídeos e serviços de captação de imagens com sua respectiva gravação e transmissão ao vivo para atender demandas da Comissão de Auditoria de Urnas Eletrônicas do TRE-RO.

2. OBJETO

2.1. Prestação de serviços ininterruptos de filmagem, com captação sem cortes de imagens e sons, fornecimento do conteúdo gravado na íntegra, sem edição, para atendimento dos trabalhos da Comissão de auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas sob condições normais de uso nas Eleições de 2022, de acordo com as descrições e quantidades relacionadas no quadro abaixo:

ITEM lote único	OBJETO (detalhamento do serviço no item 2.2)	Forma de medição	Quantidade
1	<p>Serviço de captação de imagens, sons, gravação e finalização dos vídeos sem cortes, sem edição, dos trabalhos de sorteio das urnas eletrônicas que serão auditadas, com transmissão ao vivo no canal oficial do TRE-RO no YouTube.</p> <p>Data de realização dos serviços:</p> <ul style="list-style-type: none">Sábado, dia 01/10/2022, de 9h às 12h, 1º turno das Eleições 2022.Sábado, dia 29/10/2022, de 9h às 12h, 2º turno das Eleições 2022, se houver.	3 horas de gravação por turno	2 turnos
2	<p>Serviço de produção, edição e finalização de vídeo documentário institucional (VT) de até 3 minutos das captações de imagens, vídeos e sons do recolhimento das urnas eletrônicas sorteadas, diretamente nas escolas, cartórios, ou locais de votação, em locais a ser indicado pelo Presidente da Comissão de Auditoria e dos trabalhos da comissão no domingo de eleição.</p> <p>Data de realização dos serviços:</p> <ul style="list-style-type: none">Sábado e domingo, dia 01 e 02/10/2022, 1º turno das Eleições 2022.Sábado e domingo, dia 29 e 30/10/2022, 2º turno das Eleições 2022, se houver.	até 3 minutos de vídeo editado por turno	2 turnos
3	<p>Serviço de filmagem e monitoramento com imagens, gravação e finalização dos vídeos sem cortes, sem edição, do ambiente de</p>	17 horas de monitoramento	2 turnos



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

	<p>guarda das urnas sorteadas, com transmissão ao vivo no canal oficial do TRE-RO no YouTube.</p> <p>Data de realização dos serviços:</p> <ul style="list-style-type: none">Sábado, dia 01/10/2022, de 13h às 6h do domingo, 1º turno das Eleições 2022.Sábado, dia 29/10/2022, de 13h às 6h do domingo, 2º turno das Eleições 2022, se houver.	por turno	
4	<p>Serviço de captação de imagens, sons, gravação e finalização dos vídeos sem cortes, sem edição, dos trabalhos de auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas sob condições normais de uso, para auditoria de 20 (vinte) urnas eletrônicas, sendo um conjunto de equipamentos de filmagem e repetição das imagens da urna filmada diretamente na TV. O ambiente e os trabalhos da comissão de auditoria serão transmitidos ao vivo no canal oficial do TRE-RO no YouTube, pela contratada.</p> <p>Data de realização dos serviços:</p> <ul style="list-style-type: none">Domingo, dia 02/10/2022, de 6h às 18h, 1º turno das Eleições 2022.Domingo, dia 30/10/2022, de 6h às 18h, 2º turno das Eleições 2022, se houver.	20 urnas por turno - total de 40 urnas	2 turnos
5	<p>Serviço de locação e instalação de painel de LED (dimensões a partir de 3m x 5m) para transmissão dos trabalhos da Comissão de Auditoria, e divulgação das filmagens ao vivo (item 4).</p> <p>Data de realização dos serviços:</p> <ul style="list-style-type: none">Domingo, dia 02/10/2022, de 6h às 18h, 1º turno das Eleições 2022.Domingo, dia 30/10/2022, de 6h às 18h, 2º turno das Eleições 2022, se houver.	unidade	6 telões

2.2. ESPECIFICAÇÃO E DETALHAMENTO DO OBJETO:

ITEM lote único	OBJETO - Detalhamento do serviço	Forma de medição	Quantidade	Detalhamento dos serviços a serem realizados pela contratada
1	Serviço de captação de imagens, sons, gravação e finalização dos vídeos sem cortes, sem edição, dos trabalhos de sorteio das urnas eletrônicas que serão auditadas, com transmissão ao vivo no canal oficial do TRE-RO no	3h	3 horas de gravação por turno	A contratada deverá fornecer todo o material necessário para cumprimento deste item, cujos custos, operacionais, impostos, taxas e transporte deverão estar considerados em sua proposta. Detalhamento do serviço:



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

	YouTube.			<ol style="list-style-type: none">1. 3 horas de filmagem com câmeras de alta resolução definição HDV/fullHD;2. A proposta deverá considerar 2 serviços de filmagem, de 3 horas de duração (9h às 12), para cada sábado de evento, véspera de eleição.3. Gravação de imagem e voz, com resultado de qualidade para transmissão nas redes sociais do TRE.4. Disponibilização de uma cópia original, com fornecimento de HD externo contendo o material bruto gravado durante o sorteio, em até 24 horas após o término dos trabalhos de filmagem.5. Cabeamento e outros equipamentos necessários à execução dos serviços.6. A contratada deverá realizar a montagem e instalação dos equipamentos dois dias antes do dia dos sorteios e realizar os testes de funcionamento;7. Os serviços de filmagem ininterrupta dos procedimentos de sorteio deverão ser iniciados às 09 horas, e término às 12h, podendo se estender e ultrapassar o horário, condicionado a intercorrências, se houver, sem custo adicional para o contratante;8. Caso algum equipamento apresente defeito durante os trabalhos, a contratada deverá substituí-lo no prazo máximo de 10 minutos, para que não prejudique ou atrase os trabalhos da comissão de
--	----------	--	--	---



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

				<p>auditoria, sem qualquer ônus para o contratante;</p> <p>9. Disponibilização de, no mínimo, 2 (dois) técnicos habilitados na operacionalização dos equipamentos de filmagem e gravação além dos cinegrafistas, e permanência no local da Cerimônia do Sorteio;</p> <p>10. A Cerimônia de Sorteio será realizada na cidade de Porto Velho, no auditório do edifício-sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, localizado na Av. Presidente Dutra, n. 1889, Bairro Baixa da União, CEP: 76.805-859 ou em outro endereço na mesma cidade, informado previamente pelo fiscal do contrato;</p> <p>11. O serviço de filmagem do primeiro e segundo turnos somente serão pagos se efetivamente utilizados;</p> <p>12. Transmissão das filmagens, ao vivo no canal oficial do TRE-RO no YouTube, que contará com o auxílio de acesso pela Seção de Comunicação do TRE.</p> <p>13. A contratada deverá dispor de link de redes móveis de internet com as configurações mínimas para execução dos serviços exigidos neste item.</p>
2	Serviço de filmagem com imagens, sons, gravação, finalização, edição do recolhimento das urnas eletrônicas sorteadas, diretamente nas escolas, cartórios, ou locais de votação, em locais a ser indicado pelo Presidente da Comissão de Auditoria.	até 3 minutos de vídeo editado por turno	10 minutos	<p>A contratada deverá fornecer todo o material necessário para cumprimento deste item, cujos custos operacionais, impostos, taxas, alimentação, diárias por deslocamento intermunicipal dentro do Estado de Rondônia, deverão estar todos considerados em sua proposta, e:</p> <p>1. O técnico responsável pela filmagem se deslocará no mesmo</p>



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

				<p>veículo utilizado pelo membro da comissão que recolherá a urna e o ônus com o transporte será de responsabilidade da contratante;</p> <p>2. Os custos operacionais, taxas, impostos, alimentação, diárias pelo deslocamento do técnico, em viagem intermunicipal, dentro do Estado de Rondônia, serão de responsabilidade da contratada, e devem estar inclusos no valor da proposta.</p> <p>3. Filmagem com câmeras de alta resolução definição HDV/fullHD;</p> <p>4. Filmagem e gravação do momento do recolhimento da urna sorteada e do momento de sua chegada ao ambiente de auditoria;</p> <p>5. Filmagem dos trabalhos da comissão de auditoria no domingo de eleição;</p> <p>6. Disponibilização das imagens produzidas das urnas recolhidas, podendo ser até 5 urnas, com deslocamento simultâneo de equipes, com fornecimento do video final em até 5 dias úteis após os serviços.</p> <p>7. O produto final será um video com até 3 minutos de edição, com pré-argumento, roteiro, produção e edição final, sonora de servidores, autoridades, e outros participantes elaborados pela contratada.</p> <p>8. Fornecer cabeamento e outros equipamentos necessários à execução dos serviços.</p>
--	--	--	--	--



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

				<p>9. A filmagem do recolhimento das urnas poderá ocorrer em qualquer município do Estado de Rondônia, a depender do local em que se encontrará a urna que será sorteada, sendo que, em caso de contratação da filmagem de 5 urnas, o serviço ocorrerá de modo concomitante.</p> <p>10. O horário provável de saída da equipe para recolhimento da urna no interior do estado será às 12h, e o retorno no mesmo dia.</p> <p>11. A Administração não se obriga a contratar este item ou poderá executá-lo parcialmente, a depender do local do recolhimento da urna, de vaga no veículo oficial e de disponibilidade orçamentária para esta despesa.</p>
3	Serviço de filmagem e monitoramento com imagens, gravação e finalização dos vídeos sem cortes, sem edição, do ambiente de guarda das urnas sorteadas, com transmissão ao vivo no canal oficial do TRE-RO no YouTube.	17h	2 turnos	<p>A contratada deverá fornecer todo o material necessário para cumprimento deste item, cujos custos operacionais, impostos, taxas, alimentação, serviço extraordinário e transporte são de responsabilidade e ônus da contratada e deverão ser considerados na proposta da licitante. Detalhamento do serviço:</p> <p>1. Filmagem com câmeras de alta resolução definição HDV/fullHD;</p> <p>2. A proposta deverá considerar 2 serviços de filmagem, de 17 horas de duração, para cada sábado de evento, véspera de eleição;</p> <p>3. Os serviços de filmagem ininterrupta dos procedimentos iniciarão a partir da chegada da primeira urna sorteada (horário provável: 13h), e finalizará somente às 6h da manhã do domingo, quando iniciará o serviço de</p>



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

				<p>auditoria, item 4;</p> <p>4. Gravação de imagem com resultado de qualidade com transmissão ao vivo no canal do Youtube do TRE.</p> <p>5. Disponibilização de uma cópia original, com fornecimento de <i>HD</i> externo contendo o material bruto gravado durante o monitoramento, em até 24 horas após o término dos trabalhos de filmagem.</p> <p>6. Cabeamento e outros equipamentos necessários à execução dos serviços.</p> <p>7. A contratada deverá realizar a montagem e instalação dos equipamentos, na véspera do dia dos sorteios e realizar os testes de funcionamento;</p> <p>8. A contratada deverá disponibilizar um técnico de plantão para direção da mesa de transmissão, durante o horário de monitoramento das urnas;</p> <p>9. Caso algum equipamento apresente defeito durante os trabalhos, a contratada deverá substituí-lo no prazo máximo de 10 minutos, para que não haja interrupção da transmissão pública da guarda das urnas que serão auditadas;</p> <p>10. Disponibilização de técnicos habilitados na operacionalização dos equipamentos de filmagem e gravação, e permanência no local.</p> <p>11. O ambiente a ser monitorado será de aproximadamente 5m², exigindo no mínimo duas câmeras. Podem ser utilizadas as mesmas câmeras do item 4.</p>
--	--	--	--	--



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

				<p>12. O ambiente de monitoramento será na cidade de Porto Velho em endereço a ser informado previamente pelo fiscal do contrato;</p> <p>13. O serviço de filmagem do primeiro e segundo turnos somente serão pagos se efetivamente utilizados;</p> <p>14. Transmissão das filmagens, ao vivo no canal oficial do TRE-RO no YouTube, que contará com o auxílio de acesso pela Seção de Comunicação do TRE.</p> <p>15. A contratada deverá dispor de link de redes móveis de internet com as configurações mínimas para execução dos serviços exigidos neste item.</p>
4	Serviço de captação de imagens, sons, gravação e finalização dos vídeos sem cortes, sem edição, dos trabalhos de auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas sob condições normais de uso, para auditoria de 20 (vinte) urnas eletrônicas, sendo um conjunto de equipamentos de filmagem e transmissão para cada urna auditada, com transmissão ao vivo no canal oficial do TRE-RO no YouTube.	12 horas	20 conjuntos/urnas, por turno	<p>A contratada deverá fornecer todo o material necessário para cumprimento deste item, cujos custos operacionais, impostos, taxas, alimentação, serviço extraordinário e transporte são de responsabilidade e ônus da contratada e deverão ser considerados na proposta da licitante. Detalhamento dos serviços:</p> <p>1. 20 câmeras de alta resolução definição HDV/fullHD ou superior, com tripé, que será instalada para filmagem exclusivamente da tela da urna eletrônica auditada;</p> <p>2. 20 microfones, tipo auricular, de lapela ou de mesa, com alta qualidade de captação de sons para uso pelo operador que votará na urna eletrônica;</p> <p>3. 20 (vinte) aparelhos de TV, no mínimo 40" (quarenta polegadas), para monitoramento simultâneo com as imagens de cada câmera, posicionados em</p>



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

				<p>suporte com pedestal, próximo à respectiva urna eletrônica, e com as imagens expostas para o público presente;</p> <p>4. Cartões de memória em todas as câmeras;</p> <p>5. Disponibilização de uma cópia original, com fornecimento de <i>HD</i> externo contendo o material bruto gravado durante a Auditoria, em até 24 horas após o término dos trabalhos de filmagem.</p> <p>6. Cabeamento e outros equipamentos necessários à execução dos serviços.</p> <p>7. Os serviços serão realizados no domingo de eleição, de 6h às 18h;</p> <p>8. A contratada deverá realizar a montagem e instalação dos equipamentos, dois dias antes do dia das Eleições do 1º turno e 2º, se houver - ou, antes se preferir, para que haja tempo hábil para os testes de equipamentos;</p> <p>9. Os serviços de filmagem ininterrupta dos procedimentos de auditoria deverão ser iniciados às 06 (seis) horas, início da votação, até às 18 (dezoito) horas, fim da votação, podendo ultrapassar o horário, em caso de intercorrências verificadas no momento da auditoria, sem que este acréscimo de horário acarrete custo adicional para a contratante;</p> <p>10. O posicionamento das câmeras, dos monitores e dos equipamentos de gravação será conforme as orientações da Comissão de Auditoria da Votação Eletrônica;</p> <p>11. Gravação de áudio e</p>
--	--	--	--	--



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

				<p>de vídeo por cada câmera, com captação independente e simultânea para cada urna eletrônica, com possibilidade de recuperação dos dados no decorrer dos trabalhos ou imediatamente após o seu final;</p> <p>12. O período de gravação deve ser equivalente à duração do procedimento de auditoria com garantia de continuidade, sem interrupções nem omissão de qualquer momento do transcurso dos trabalhos.</p> <p>13. Caso algum equipamento apresente defeito durante os trabalhos a contratada deverá substituí-lo no prazo máximo de dez minutos, para que não prejudique ou atrase os trabalhos da comissão de auditoria, sem que a substituição de aparelhos acarrete qualquer ônus para a contratante;</p> <p>14. Disponibilização de, no mínimo, 7 (sete) técnicos habilitados na operacionalização dos equipamentos de filmagem e gravação, e permanência no local dos serviços durante os trabalhos de filmagens;</p> <p>15. Os serviços serão executados na cidade de Porto Velho, em endereço a ser informado previamente pelo fiscal do contrato;</p> <p>16. Transmissão das filmagens, ao vivo no canal oficial do TRE-RO no YouTube, que contará com o auxílio de acesso pela Seção de Comunicação do TRE.</p> <p>17. A contratada deverá dispor de links de redes móveis de internet com as configurações mínimas para execução dos serviços</p>
--	--	--	--	--



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

				exigidos neste item. 18. O serviço de filmagem do primeiro e segundo turnos somente serão pagos se efetivamente utilizados.
5	<p>Serviço de locação e instalação de painel de LED (dimensões a partir de 3m x 5m) para transmissão dos trabalhos da Comissão de Auditoria, e divulgação das filmagens ao vivo (item 4).</p> <p>Data de realização dos serviços:</p> <ul style="list-style-type: none">• Domingo, dia 02/10/2022, de 6h às 18h, 1º turno das Eleições 2022.• Domingo, dia 30/10/2022, de 6h às 18h, 2º turno das Eleições 2022, se houver.	3 telões	2 turnos	<p>A contratada deverá fornecer todo o material necessário para cumprimento deste item, cujos custos, operacionais, impostos, taxas e transporte deverão estar considerados em sua proposta. Detalhamento dos serviços:</p> <ol style="list-style-type: none">1. Contratação do serviço de locação e instalação de painel de LED (dimensões a partir de 3m x 5m) para divulgação dos trabalhos da Comissão de Auditoria na transmissão das imagens ao vivo da filmagem das urnas (item 4).2. Cabeamento e outros equipamentos necessários à execução dos serviços.3. Será de responsabilidade da contratada a locação, a montagem e instalação dos equipamentos, na véspera do dia da eleição, e a realização dos testes de funcionamento;4. Disponibilização de técnicos habilitados na operacionalização dos equipamentos de e permanência no local.5. O ambiente de montagem e funcionamento do painel de LED será na cidade de Porto Velho em endereço a ser informado previamente pelo fiscal do contrato;6. O pagamento será considerado por unidade de painel contratado.7. A contratante não se obriga a contratação desse item, que estará condicionado à



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

				disponibilidade orçamentária.
--	--	--	--	-------------------------------

2.2.3 DATAS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

a) Os prazos e datas acima informados poderão sofrer alterações, mediante justificativa, para atendimento do interesse público, e conforme necessidade e conveniência para a administração, previamente comunicados à contratada, sem ônus para a contratante, respeitada a legislação correlata.

3. JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTOS DA CONTRATAÇÃO

3.1 I - Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público:

a) Necessidade:

A captação das imagens da "Auditoria de urnas" faz parte do procedimento de "auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas sob condições normais de uso", de longa data adotado pela Justiça Eleitoral. Nas Eleições municipais de 2020, ela foi regulamentada pelos arts. 51 e sgs da Resolução TSE n. 23.260/2019.

Essa norma previa em seu art. 56 que, após sorteio, 3 (três) urnas seriam submetidas à auditoria em cada turno das eleições, na qual a filmagem de todos os trabalhos consta expresamente do § 2º do art. 61.

Por sua vez, na Eleições de 2022 essa atividade está disciplinada pela Resolução TSE n. 23.673/2021 e traz algumas alterações, registradas pelo Excelentíssimo Relator "(...) buscando ampliar a transparência dos processos implicados e facilitar a compreensão de suas mecânicas pela sociedade, reforçando, ainda mais, o elevado grau de integridade das eleições brasileiras."

Assim, a auditoria, sob responsabilidade da Comissão de Auditoria da Votação Eletrônica, responsabiliza-se pelo Teste de Autenticidade e Integridade das Urnas Eletrônicas.

No que importa diretamente a esta contratação, tem-se que o número de UEs que serão auditadas setuplicou. De acordo com o art. 58, inciso I, serão 20 (vinte) submetidas à auditoria de funcionamento, isso porque o Estado de Rondônia inclui-se entre as unidades da Federação com até 15.000 (quinze mil) seções eleitorais. Diante disso, verifica-se a obrigação da filmagem dos trabalhos da referida auditoria (§ 2º do art. 64 da Resolução TSE 23.673/2021).

Assim, ante a necessidade, para cumprimento da referida norma, será necessário realizar as gravações das imagens durante todo o período de trabalho da equipe da Auditoria de Urnas Eletrônicas no dia da eleição (1º turno, e 2º se houver), de modo a registrar, de forma transparente, o regular funcionamento das urnas eletrônicas em condições normais de uso, previsto no § 6º do art. 66 da Lei n. 9.504/1997.

As filmagens das votações nas 20 (vinte) Urnas Eletrônicas devem ocorrer sem interrupção dos serviços e com qualidade de captação. Por essa razão tais procedimentos deverão ser executados com uso de equipamentos de tecnologia moderna e por pessoal especializado, com conhecimento técnico na realização deste tipo de serviço.

b) Perspectiva do interesse público - a contratação objetiva a promoção da TRANSPARÊNCIA dos procedimentos do voto eletrônico:

A Auditoria do funcionamento das urnas eletrônicas sob condições normais de uso com o Teste de Integridade das Urnas Eletrônicas é um procedimento previamente normatizado por meio de resolução e executado pela Justiça Eleitoral, em todos os estados da Federação, no primeiro e no segundo turnos. No dia anterior



à eleição, em local e horário previamente divulgados, é realizado o sorteio das seções eleitorais que serão submetidas às auditorias, de acordo com as regras definidas pela referida norma.

A ação que demanda a contratação se insere no campo da TRANSPARÊNCIA, necessária a toda atividade pública, e à qual também está submetida todas as fases do pleito eleitoral, especialmente nos tempos atuais que se intensificam questionamentos quanto à segurança do voto eletrônico.

II - Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade:

a) Escolha da solução: Pela experiência da Justiça Eleitoral em eleições anteriores ficou demonstrado que não haveria como realizar o registro de todos os atos desse procedimento sem a contratação dos serviços de captação de imagens do ambiente montado para a execução da auditoria.

Por sua vez, o art. 64, § 2º da Resolução TSE n. 23.673/2021 estabelece que o procedimento da auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas será filmado pela Justiça Eleitoral ou por empresa contratada para esse fim e transmitida ao vivo através da rede mundial de computadores, sendo veiculada, preferencialmente, no canal oficial de cada Tribunal Regional Eleitoral no YouTube. ([Redação dada pela Resolução n° 23.687/2022](#)).

Esse é o meio seguro, eficaz e transparente para executar a auditoria da votação eletrônica e, ao final, constituir-se de um registro confiável de todos os seus atos, pois havendo questionamento por escrito quanto ao resultado da auditoria, o material permanecerá guardado até o trânsito em julgado da respectiva decisão.

Deve-se registrar que a Justiça Eleitoral de Rondônia não possui quadro técnico ou os equipamentos adequados para executar diretamente esses serviços.

Como os serviços de filmagem não podem ser interrompidos durante toda a votação e, ao final, as imagens captadas devem conter padrão de qualidade incontestável para possibilitar a eventual auditoria dos interessados, concluiu-se que a solução deve ser fornecida por empresa especializada, com recursos e profissionais técnicos na forma descrita neste ETP.

b) Práticas de sustentabilidade: Serão exigidos critérios de sustentabilidade **social e ambiental**.

O Princípio do Desenvolvimento Sustentável foi recentemente albergado no art. 3º da Lei n. 8.666/93, observado nas etapas do processo de contratação, em suas dimensões econômica, social, ambiental e cultural, no mínimo, com base nos planos de gestão de logística sustentável dos órgãos e das entidades.

Por sua vez o Art. 6º da Resolução CNJ n. 347/2020 estabelece que os órgãos do Poder Judiciário devem elaborar e implementar Planos de Logística Sustentável – PLS, cuja gestão está prevista no Art. 4º da Resolução CNJ n. 400/2021.

Neste Tribunal, o PLS 2020-2025 foi instituído através da Portaria TRE-RO n. 131/2020. Após consulta ao referido Plano, verificou-se que não há ações e estratégias voltadas ao desenvolvimento sustentável diretamente associadas à contratação destes serviços.

Todavia, o **Art. 21 da Resolução CNJ n. 400/2021** estatui que as aquisições e contratações realizadas pelos órgãos do Poder Judiciário devem observar os critérios de sustentabilidade quanto aos bens, serviços e obras, citando entre eles alguns que constam da Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 01/2010 que, de igual forma, também dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal.

Nessa linha, como requisitos sociais e ambientais, a empresa prestadora dos serviços deverá:

- a) Usar equipamentos homologados pela Anatel e ABNT, no que diz respeito a normas ambientais;
- b) Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços;
- c) Todos documentos ou artefatos gerados pela contratada, salvo manifestação explícita pelo TRE-RO deverão ser entregues em formato digital respeitando-se as normas técnicas.

A qualquer momento, a fiscalização ou a gestão do contrato poderá realizar diligências e eventualmente notificar a empresa contratada para comprovar o cumprimento dessas exigências.

III - Levantamento de mercado, que consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções, podendo, entre outras opções:

- a) ser consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração; e
- b) ser realizada consulta, audiência pública ou diálogo transparente com potenciais contratadas, para coleta de contribuições (art. 7º, III, IN 40/20):

a) **Levantamento de mercado e alternativas possíveis:** Desconhece-se outra alternativa viável para o registro dos atos do funcionamento das urnas eletrônicas sob condições normais de uso, senão a captação profissional das imagens de todo o procedimento de votação o único meio eficaz para o registro das imagens de forma ininterrupta e com qualidade necessária para o processo de auditoria definido nas normas do TSE.

b) **Contratações similares por outros órgãos e entidade (Informação facultativa):** Praticamente todos os Tribunais Regionais Eleitorais brasileiros realizarão a contratação com essa modelagem se não dispuserem de pessoal e equipamentos técnicos próprios para atender a demanda. Ademais, o serviço nos moldes exigido é exclusivo da Justiça Eleitoral, com os elementos específicos exigidos, de modo que o preço praticado em cada TRE não pode ser utilizado como parâmetro de limite para a contratação por esta administração, haja vista o custo dos serviços e impostos e capacidade de execução (financeira e pessoal) da futura contratada, a depender do Estado da Federação no qual o serviço será executado.

3.2 DA AGLUTINAÇÃO DOS ITENS EM LOTE ÚNICO.

a) Em relação ao **Lote único**, a empresa contratada seguirá tecnicamente um objetivo para a realização dos serviços, sob a coordenação da Comissão de Auditoria de Urnas, qual seja dar publicidade e transparência aos trabalhos de auditoria das Urnas Eletrônicas. De modo que implicará nas captações das imagens e sons, filmagem das cerimônias de sorteio, de auditoria e de recolhimento das urnas, na adoção de diversas medidas técnicas necessárias à execução dos trabalhos que se comunicam entre si, com a transparência das informações a serem repassadas para a sociedade, não ficando isoladas em cada item, mas correspondendo-se quando desmembradas em cinco etapas de serviços, que iniciam no sábado, véspera das eleições, e se encerram no domingo, após a auditoria das vinte urnas sorteadas. Pela natureza desse serviço de filmagem do sorteio, recolhimento da urnas, filmagem das urnas sob vigilância, e a filmagem da auditoria, não é viável uma contratação por itens, sob pena de comprometer a qualidade técnica dos serviços am serem prestados.

b) Isto posto, há uma identidade entre captações realizadas e produto final, inclusive a ser editado em material audiovisual, não indo ao encontro dos objetivos pretendidos neste TR.

c) Desta forma, justifica-se tal aglutinação por:

d) **Aspectos técnicos:** A prestação dos serviços de filmagem que integram um lote por uma única contratada permitirá a manutenção de padrão de qualidade uniforme na sua execução e, consequentemente, padronização, principalmente, dos elementos técnicos, facilitando a futura utilização das mídias no relatório de gestão, e em

apresentação de boas práticas do órgão. Além disso, essa solução elimina a possibilidade de uma empresa executar a captação com má qualidade, prejudicando outra na edição final.

e) **Economicidade:** Certamente os serviços, por suas especificidades, exigem profissionais com habilitação técnica adequada, sendo público e notório, que a remuneração dos profissionais é parte relevante dos custos dos serviços. A divisão do objeto em diversos itens, exigiria que cada uma das vencedoras de itens isolados tivesse que considerar tal custo em suas propostas, situação que oneraria sobremaneira o valor total da contratação.

f) Nesses termos, é técnica e economicamente justificável que os serviços que compõem o lote 1 devam ser prestados por uma única empresa.

g) Por sua vez, a formação deste lote em específico não ocasionará redução de competitividade no certame exatamente pela quantidade serviços dos itens agrupados nos lotes, tornando-os atraentes para as empresas do ramo do objeto a ser licitado.

3.2 ALINHAMENTO AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

I - Com relação ao planejamento e a objetividade, de observação obrigatória, nos termos do art. 2º da Instrução Normativa 04/2008 deste Tribunal, este Termo de Referência detalha a aquisição de forma objetiva e leva em consideração as necessidades reais, históricas e futuras relacionadas, além de fornecer à Administração os elementos necessários ao adequado planejamento administrativo, financeiro e orçamentário, obtidos após a fase de Estudo técnico preliminar (ETP).

II - Além disso, o objeto deste Termo de Referência vai ao encontro das premissas do PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2021-2026 - MAPA ESTRATÉGICO DE CONTRATAÇÕES:

1. **CLIENTE:** Aprimorar as aquisições e contratações - Garantir o desempenho dos produtos e serviços contratados - Garantir a qualidade dos produtos e serviços contratados.
2. **SOCIEDADE:** Fortalecimento da relação institucional do Judiciário com a sociedade e Comunicação eficaz;
3. **COMUNICAÇÃO EFICAZ:** com a adoção de estratégias de comunicação e de procedimentos objetivos, ágeis e em linguagem de fácil compreensão, visando à transparência e ao fortalecimento do TRE-RO como instituição garantidora de direitos;
4. **VALORES:** Acessibilidade, agilidade, eficiência, ética, imparcialidade, inovação, integridade, segurança jurídica, sustentabilidade, transparência

III - A contratação consta no Planejamento Anual das Contratações para 2022 ([0725352](#)).

4. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

4.1. Nos termos do art. 15, §2º, do Decreto 10.024/19, o valor estimado do certame será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances.

4.1. a) O objeto registrado na Ata de Registro de Preços não obriga a Administração à sua contratação.

4.2. DA CLÁUSULA DE ADERÊNCIA ORÇAMENTÁRIA



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

A contratação do serviço detalhado neste termo de referência está prevista no planejamento orçamentário desta unidade, despesa custeada pelo Orçamento de Pleitos Eleitorais do exercício de 2022, conforme demonstrado no quadro abaixo:

FONTE ORÇAMENTÁRIA	
CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO)	Pleito Eleitoral 2022
AGREGADOR	Despesas Diversas
DESPESA AGREGADA	Auditoria do 1º e do 2º turnos
PLANO INTERNO	1º Turno (SEG AUDIT1) 2º Turno (SEG AUDIT2)
Total para programação	Decreto Federal 7892/2013, art. 7º do § 2º: Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

4.3 CRONOGRAMA DE CONTRATAÇÃO.

DATA ESTIMADA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS			
ITEM	OBJETO (detalhamento do serviço no item 2.2)	1º turno das Eleições 01/10/2022	1º turno das Eleições 29/10/2022, se houver
1	Serviço de captação de imagens, sons, gravação e finalização dos vídeos sem cortes, sem edição, dos trabalhos de sorteio das urnas eletrônicas que serão auditadas, com transmissão ao vivo no canal oficial do TRE-RO no YouTube. Data de realização dos serviços: <ul style="list-style-type: none">Sábado, dia 01/10/2022, de 9h às 12h, 1º turno das Eleições 2022.Sábado, dia 29/10/2022, de 9h às 12h, 2º turno das Eleições 2022, se houver.	3 horas de gravação por turno	3 horas de gravação por turno
2	Serviço de produção, edição e finalização de vídeo documentário institucional (VT) de até 3 minutos das captações de imagens, vídeos e sons do recolhimento das urnas eletrônicas sorteadas, diretamente nas escolas, cartórios, ou locais de votação, em locais a ser indicado pelo Presidente da Comissão de Auditoria e dos trabalhos	até 3 minutos de vídeo editado por turno	até 3 minutos de vídeo editado por turno



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

	<p>da comissão no domingo de eleição.</p> <p>Data de realização dos serviços:</p> <ul style="list-style-type: none">Sábado e domingo, dia 01 e 02/10/2022, 1º turno das Eleições 2022.Sábado e domingo, dia 29 e 30/10/2022, 2º turno das Eleições 2022, se houver.		
3	<p>Serviço de filmagem e monitoramento com imagens, gravação e finalização dos vídeos sem cortes, sem edição, do ambiente de guarda das urnas sorteadas, com transmissão ao vivo no canal oficial do TRE-RO no YouTube.</p> <p>Data de realização dos serviços:</p> <ul style="list-style-type: none">Sábado, dia 01/10/2022, de 13h às 6h do domingo, 1º turno das Eleições 2022.Sábado, dia 29/10/2022, de 13h às 6h do domingo, 2º turno das Eleições 2022, se houver.	17 horas de monitoramento por turno	17 horas de monitoramento por turno
4	<p>Serviço de captação de imagens, sons, gravação e finalização dos vídeos sem cortes, sem edição, dos trabalhos de auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas sob condições normais de uso, para auditoria de 20 (vinte) urnas eletrônicas, sendo um conjunto de equipamentos de filmagem e repetição das imagens da urna filmada diretamente na TV. O ambiente e os trabalhos da comissão de auditoria serão transmitidos ao vivo no canal oficial do TRE-RO no YouTube, pela contratada.</p> <p>Data de realização dos serviços:</p> <ul style="list-style-type: none">Domingo, dia 02/10/2022, de 6h às 18h, 1º turno das Eleições 2022.Domingo, dia 30/10/2022, de 6h às 18h, 2º turno das Eleições 2022, se houver.	20 urnas por turno - total de 40 urnas	20 urnas por turno
5	<p>Serviço de locação e instalação de painel de LED (dimensões a partir de 3m x 5m) para transmissão dos trabalhos da Comissão de Auditoria, e divulgação das filmagens ao vivo (item 4).</p> <p>Data de realização dos serviços:</p> <ul style="list-style-type: none">Domingo, dia 02/10/2022, de 6h às 18h, 1º turno das Eleições 2022.Domingo, dia 30/10/2022, de 6h às 18h, 2º turno das Eleições 2022, se houver.	2 telões	2 telões

4.4 O objeto registrado na Ata de Registro de Preços não obriga a Administração à sua contratação.

5. DO CERTAME LICITATÓRIO

5.1. ADOÇÃO DA MODALIDADE DO PREGÃO ELETRÔNICO:

I - Tratando-se de serviços com padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos neste termo de referência por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado e não havendo aferição de outros fatores que possam influenciar no seu preço final, com fundamento no art. 1º da Lei n. 10.520/2002, propõe a adoção da modalidade licitatória de pregão, na forma eletrônica, do tipo menor preço, **POR LOTE**, na forma de **EXECUÇÃO INDIRETA, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, consoante as condições definidas neste TR.

II - Deverá ser adotada modo de disputa por LANCES ABERTOS, com intervalo mínimo de 0,5% (meio por cento) entre os lances, na forma do Parágrafo único do Art. 31 c/c o Art. 32 do Decreto Federal n. 10.024/2019.

III - NÃO DIVULGAÇÃO DOS PREÇOS ESTIMADOS: Na busca da proposta mais vantajosa por meio da disputa dos licitantes, opina-se pela não divulgação do preço estimado dos serviços (Art. 15, §1º e §2º, do Decreto Federal n. 10.024/2019; Acórdão TCU n. 2898/2008 – Plenário).

5.2 DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA:

I - A aceitação das propostas deverá obedecer às regras dos edital do certame;

II - Os preços apresentados pelos licitantes deverão cobrir todos os custos de materiais e serviços exigidos neste TR, abrangendo os custos com equipamentos e ferramentas, inclusive para reserva técnica, transportes, mão de obra, encargos tributários e sociais aplicáveis, enfim tudo quanto for necessário para garantir a execução e qualidade dos serviços;

III - O valor estimado para os itens é o parâmetro máximo para aceitação do preço do lote a ser utilizado pelo pregoeiro, cabendo-lhe julgar eventual variação na análise do caso concreto;

IV - Sob pena de desclassificação da proposta, a licitante, deverá obrigatoriamente cotar todos os itens de serviços que integram o lote único.

VI - Sagrar-se-á vencedor do certame a licitante que ofertar o menor preço para a execução dos serviços que compõe o **lote**, observado ainda os valores máximos estimados para cada item que o compõe e de acordo com as especificações dos serviços definidas neste Termo de Referência;

VI - O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação. A adjudicatária se comprometerá a iniciar e concluir os serviços nos locais e prazos definidos neste TR.

5.3. DA HABILITAÇÃO: Visando aferir a regularidade dos licitantes, deverão ser apresentados, para habilitação, sem prejuízo de outros documentos legalmente exigíveis:

I - HABILITAÇÃO JURÍDICA, ECONÔMICO-FINANCEIRA E FISCAL: De acordo com as regras padrões do edital.

II - DA HABILITAÇÃO TÉCNICA:

Para o item 4 do objeto: Com vistas a aferir a capacidade técnica-operacional da empresa deverá a licitante, sob pena de inabilitação, apresentar no mínimo 01 (um) atestado de capacidade técnica em seu nome, comprovando o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com os serviços descritos neste TR.

i) Considera-se desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos, a comprovação de execução de serviços de filmagem ininterrupta de, no mínimo 10 (horas) horas, na qual tenha sido utilizado equipamentos para captação de áudio por meio de microfones e vídeo por câmera alta definição HDV/fullHD.

ii) Os atestados poderão ser provenientes de pessoa jurídica de direito público ou privado para a qual a licitante tenha prestado ou esteja prestando serviço similar de complexidade operacional equivalente ou superior.

iii) Tratando-se de pessoa jurídica de direito público deverão identificar e conter a assinatura do agente público responsável por sua emissão. Tratando-se de pessoa jurídica de direito privado deverão identificar e conter a assinatura do representante legal da emitente, estando as informações ali contidas sujeitas à verificação de sua veracidade durante o certame licitatório.

5.4 - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, DO CONTRATO, DA EXECUÇÃO E DA VIGÊNCIA

1. A presente solicitação deverá ser processada através do Sistema de Registro de Preços. Ao final do certame, depois de homologada a licitação, será lavrada Ata de Registro de Preços firmando o compromisso de contratação, conforme estabelecido pelo Decreto 7.892/2013.

2. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação de seu extrato no Diário Oficial da União.

3. Em decorrência da Ata de Registro de Preços e havendo necessidade de contratação, nos termos do artigo 62 da Lei 8.666/93, será lavrado instrumento contratual para regular a relação entre a Administração Contratante e a Contratada.

4. O prazo de vigência do contrato será de 120 (cento e vinte) dias a contar da data de assinatura.

5. Os prazos de execução e vigência do contrato poderão ser prorrogados mediante justificativa e conforme necessidade da administração, devidamente registrados em processo e previstos no § 1º do art. 57, da Lei nº 8.666/93;

5.5 – DA FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

1. É conveniente para a Administração que o serviço ora solicitado possa ser adquirido de forma parcelada pelas seguintes razões:

2. A formação de registro de preços independe de indicação da dotação orçamentária (art. 7º, § 2º, do Decreto 7892/2013). Isso implica em dizer que a Administração não precisa esperar que se libere o orçamento da União para deflagrar o certame. A formação de registro de preços, de imediato, permite que as contratações ocorram com celeridade, tão logo haja a indicação da fonte orçamentária, resultando em eficiência nas atividades administrativas.

3. A formação de registro de preços permite a adequação à necessidade do Comissão de Auditoria de urnas, de modo que a contratação dos serviços será feita em tempo hábil, de acordo com o local em que será realizada a auditoria.

4. Dadas as circunstâncias, entende-se pertinente a adoção do sistema de registro de preços, fundada no art. 3º e incisos, do Decreto 7.892/2013.

5.6. DO REGISTRO DE “IRP” E DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES DO CERTAME

1. Em atenção ao disposto no art. 4º do Decreto 7.892/2013, a unidade demandante manifesta-se pelo **não registro de Intenção de Registro de Preços (IRP)**, em razão do prazo de oito dias úteis, que implicará na retardamento do prazo de publicação do edital, de abertura das propostas e de assinatura da ARP, e consequentemente ocasionará risco de demora na assinatura do contrato. Importante consignar, que esta licitação está sendo repetida, uma vez que já ocorreu o Pregão 08/2022, no entanto, em razão da alteração na Resolução 23.673/2021, ocorrida em 31/03/2022, está sendo necessário realizar um novo processo licitatório.
2. Outrossim, durante sua vigência, a Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal ou órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais que não tenham participado do certame licitatório, mediante anuência deste órgão gerenciador e aceitação do fornecedor.
3. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50%(cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.
4. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.
5. Ademais, para o procedimento de Adesão à ARP, será observado o disposto no Decreto 7.892/2013, com as alterações promovidas pelo Decreto 9.488/2018 e na Instrução Normativa nº 04/2008 deste Tribunal.

6. DO CONTRATO

6.1. PROCEDIMENTOS PRÉVIOS À ASSINATURA DO CONTRATO:

I - Na forma do art. 62 da Lei n. 8.666/93, será firmado contrato com a adjudicatária. No ato da assinatura do contrato deverá ser comprovada a regularidade com os Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e obrigações trabalhistas, que pode ser feita por meio de consulta ao SICAF ou aos sites oficiais. Também será consultada sua situação no Conselho Nacional de Justiça. Em qualquer caso, na hipótese de comprovação de irregularidades impeditivas à contratação, a adjudicatária deverá regularizar sua situação em até 05 (cinco) dias.

II - Verificada a conformidade dos documentos exigidos, a Administração disponibilizará por e-mail um canal eletrônico de comunicação de dados (link) para que a adjudicatária realize seu cadastramento no Sistema Eletrônico de Informações – SEI do TRE-RO;

III - Na eventualidade de problemas na utilização do SEI, a Seção de Contratos remeterá, por e-mail, arquivo digital contendo o inteiro teor do contrato para impressão, assinatura e devolução direta ou via postal. Nessa situação, contar-se-á o prazo de 02 (dois) dias úteis a partir da data de confirmação de recebimento do e-mail pela adjudicatária. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração;

IV - O descumprimento injustificado, pela adjudicatária, das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação, situação em que outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos de habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato (§ 2º do art. 48 do Decreto n. 10.024/2019), sujeitando-se também a adjudicatária à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor a ela adjudicado (art. 7º da Lei n. 10.520/2002 - Não celebrar o contrato).

6.2. DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, DA VIGÊNCIA, ALTERAÇÕES E EVENTUAL REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

a) O prazo de vigência do contrato será de 120 (cento e vinte) dias a contar da data de sua assinatura.

b) Os prazos de execução e vigência do contrato poderão ser prorrogados mediante justificativa e conforme necessidade da administração, devidamente registrados em processo e previstos no § 1º do art. 57, da Lei nº 8.666/93;

II - ALTERAÇÕES: Havendo necessidade e justificativa, o contrato poderá ser objeto de alterações nas situações e limites definidos pelo art. 65 da Lei nº 8.666/93.

III - REAJUSTE: Por se tratar de contrato de escopo, com previsão de prestação de serviços em data específica, não há previsão de reajuste de preços. Em princípio os preços dos serviços serão fixos e irrevogáveis. Na ocorrência excepcional de prorrogação do contrato, os valores dos serviços prestados após o período de 1 (um) ano, contado da apresentação da proposta (igual à data da abertura do certame), poderão ser reajustados pela variação do Índice de Preços ao Consumidor amplo - IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (*Item 9.2.1 do Acórdão TCU n. 73/2010-Plenário*)., em nenhuma das modalidades, independente de eventuais prorrogações de prazo de execução.

IV - REEQUILÍBRIO: Admite-se eventual reequilíbrio econômico-financeiro na forma e condições previstas pelo art. 65, inciso II, alínea "d", da Lei nº 8.666/93.

6.3. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

a) realizar reunião prévia com a contratada para conhecimento do local da montagem dos equipamentos e outros informes que julgar necessários;

b) disponibilizar, no mínimo com 01 (um) dia de antecedência, os locais nos quais ocorrerão as filmagens, dotados de alimentação elétrica necessária aos equipamentos e com estrutura de apoio ao trabalho da equipe da contratada;

c) autorizar o acesso dos empregados da contratada às instalações do Tribunal, alertando sobre as normas aplicáveis;

d) fornecer à contratada todas as informações relacionadas ao objeto do contrato que possa influir na execução dos serviços;

e) autorizar a execução dos serviços e, nos dias de eleições, o início das filmagens;

f) promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços contratados, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte contratada.

g) receber os arquivos contendo as filmagens originais em HD ou outro dispositivo compatível identificado, acondicionados em embalagem, ou arquivos em extensão mp4, contendo o material bruto gravado durante a auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas sob condições normais de uso;

i. o gestor ou fiscal da contratação efetuará o recebimento provisório no ato da entrega da fatura e dos arquivos digitais gravados, mediante emissão de Termo de Recebimento Provisório;

ii. o recebimento provisório não implica na aceitação;

iii. o gestor ou fiscal da contratação efetuará o recebimento definitivo dos serviços, vídeos, materiais ou produtos entregues, após a verificação do cumprimento de todas as obrigações e especificações definidas neste Termo de Referência e da proposta da contratada, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, mediante emissão de Termo de Recebimento Definitivo;

h) recusar, mediante emissão de Termo de Recusa emitido pela Comissão de Auditoria da Votação Eletrônica do TRE-RO, os serviços, vídeos, materiais ou produtos entregues e/ou serviços prestados em que se tenha constatado:

i. produtos/serviços em desacordo com especificações estabelecidas neste termo de referência e na proposta da contratada;

ii. produtos/serviços que apresentarem quaisquer vícios de qualidade ou impropriedades para o uso;

i) efetuar o pagamento dos serviços efetivamente prestados, em cada um dos turnos, comprovados por meio do termo ou atestado de recebimento definitivo, observadas as seguintes regras:

i. O pagamento será realizado em até 5 dias úteis após o recebimento definitivo dos serviços executados em cada um dos turnos;

ii. O contratante não se obrigará ao pagamento de Faturas/Notas Fiscais de serviços não autorizados ou não recebidos de forma definitiva pelo Fiscal do Contrato. Em todos os pagamentos serão aplicadas as retenções legais, inclusive quanto à legislação Municipal do Imposto sobre Serviços;

iii. No ato do pagamento será verificada a regularidade fiscal, trabalhista e no CNJ da Contratada. Caso haja alguma pendência que impeça o pagamento o gestor do contrato notificará a contratada determinando providências de regularização, estabelecendo prazo para tal. Enquanto correr o prazo, sem a apresentação da regularidade pendente, o pagamento ficará sobrestado;

iv. Extinto o prazo sem a devida comprovação de regularidade, a Nota Fiscal será enviada para pagamento com a retenção preventiva do valor relativo a possível aplicação de penalidade de multa.

v. Nenhum pagamento será efetuado à futura contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

vi. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)/365 \quad I = (6/100)/365 \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

vii. A compensação financeira será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

6.4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

a) executar os serviços nas condições, circunstâncias, preços, prazos e datas e equipamentos requeridos pela Administração pública, conforme condições estabelecidas no presente Termo de Referência;

b) cumprir, na eventualidade de subcontratação parcial dos serviços, os estritos termos disciplinados no contrato para essa operação;

c) comparecer às reuniões prévias convocadas pelo gestor ou fiscal do contrato, para alinhamento da montagem dos equipamentos;



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

- d)** preparar, no máximo até a véspera do dia da eleição, o ambiente de filmagem, deixando-o pronto para execução dos serviços, instalando e testando todos os equipamentos necessários conforme orientação da Comissão de Auditoria das Urnas;
- e)** providenciar os equipamentos e os necessários para garantir a continuidade das filmagens mesmo com a falta de energia elétrica externa, em cumprimento ao que ficar definido previamente entre a contratada e a Comissão de Auditoria das Urnas;
- f)** apresentar todos os membros da equipe de filmagem devidamente identificados, os quais deverão comparecer ao local dos trabalhos, previamente informados, nos horários e datas definidos no item 2.2 deste Termo de Referência. A equipe deverá permanecer no local de realização dos trabalhos até o seu término e liberação pelo Presidente da Comissão de Auditoria de Urnas Eletrônicas.
- g)** responsabilizar pelo funcionamento adequado de todos os equipamentos utilizados na prestação dos serviços, bem como qualquer material essencial ao funcionamento dos equipamentos, como baterias, pilhas, cabeamento, cartões de memórias e outros semelhantes, sendo de sua responsabilidade a troca e/ou reposição;
- h)** o(s) profissional(is) designado(s) pela contratada para os serviços deverá(ão) estar no local e horário indicados pelo gestor ou fiscal do contrato, no mínimo, com 1 (uma) hora de antecedência do início da abertura da seção eleitoral para a "auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas sob condições normais de uso";
- i)** arcar com todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil decorrentes da execução dos serviços incidentes na execução do contrato;
- j)** entregar ao Presidente da Comissão de Auditoria de Urnas Eletrônicas, no prazo determinado os arquivos contendo as filmagens originais em *HD* ou outro dispositivo compatível identificado, acondicionados em embalagem, ou arquivos em extensão mp4, contendo o material bruto gravado durante a auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas sob condições normais de uso;
- k)** manter estrito sigilo e confidencialidade acerca do material produzido nas filmagens, os quais, embora tenham natureza de informação pública, somente podem ser divulgados pela própria Justiça Eleitoral;
- l)** apagar, destruir ou deletar, após o termo de recebimento definitivo do contratante, todos os registros de imagens ou áudios captados durante a auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas sob condições normais de uso;
- m)** responsabilizar-se por todos os danos de qualquer natureza, inclusive morais, em função da divulgação de imagens ou áudios captados durante auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas sob condições normais de uso;
- n)** responsabilizar-se pelos danos causados ao contratante ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto do presente contrato, não podendo ser arguido para efeito de exclusão de responsabilidade o fato de o contratante fiscalizar e acompanhar a execução dos referidos serviços;
- o)** aceitar, atendendo à conveniência e necessidades do contratante, acréscimos ou supressões do objeto do presente contrato em até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor, na forma do artigo 65, §§ 1º e 2º, da Lei n. 8.666/93;
- p)** sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do contratante, prestar todos os esclarecimentos solicitados e acatar as reclamações formuladas;
- q)** manter-se, durante toda a execução do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital do certame licitatório, comprometendo-se a comunicar ao contratante qualquer alteração superveniente impeditiva de manutenção dessas condições e a apresentar os comprovantes de regularidade do FGTS, INSS, Tributos Federais, obrigações trabalhistas e CNJ;
- r)** Comunicar por escrito e imediatamente ao contratante a ocorrência de contratação de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRE de Rondônia;
- s)** Cumprir as demais obrigações previstas no edital, no contrato, nas normas e legislações aplicadas aos serviços.

7. DAS SANÇÕES

7.1. As sanções relacionadas ao procedimento da licitação constarão do edital do certame.

7.2. O descumprimento injustificado das obrigações firmadas em contrato, garantido o direito ao contraditório e ampla defesa, sujeita a contratada a multa moratória, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei n. 8.666/93, na forma seguinte:

I - Preparação dos ambientes até a véspera do dia da eleição (1º turno e 2º turno, se houver) - ocorrência de atraso: Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato;

II - Serviços das filmagens: Não iniciar os trabalhos de filmagens das atividades de auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas sob condições normais de uso no horário determinado pelo fiscal do contrato: Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato;

III - Presença dos profissionais: Ausentarem-se da sala os profissionais que estiverem operando os equipamentos durante a filmagem dos trabalhos da auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas sob condições normais de uso, sem a permanência de um substituto automático: multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato, por cada ausência, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato;

IV - Entrega dos materiais produzidos: Descumprir o prazo para entrega dos arquivos contendo as filmagens originais em *pendrive*, *HD* ou outro dispositivo compatível identificado, acondicionados em embalagem, ou arquivos em extensão mp4, contendo o material bruto gravado durante a auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas sob condições normais de uso: Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato;

V - Descumprir as demais obrigações contratuais, após notificação regular expedida pelo fiscal ou gestor do contrato:

- a)** Até 2 (dois) descumprimentos, multa de 2% (dois por cento) apurada sobre o valor total do contrato;
- b)** De 2 (dois) a 3 (três) descumprimentos, multa de 3% (três por cento) apurada sobre o valor total do contrato;
- c)** De 4 (quatro) a 5 (cinco) descumprimentos, multa de 5% (cinco por cento) apurada sobre o valor total do contrato;
- d)** A ocorrência de descumprimentos superiores a 5 (cinco): multa de 10% (dez por cento) e poderá caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.

7.3. Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, a Administração contratante poderá, garantido o contraditório e a ampla defesa, aplicar as seguintes sanções à contratada:

I - Advertência escrita nas condutas de inexecução parcial das obrigações acessórias do contrato, desde que de pequena monta ou faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretam prejuízo relevante à conclusão do objeto, o qual, a despeito delas, será atendido;

II - Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato nas situações de inexecução total ou parcial do objeto do contrato, fixada proporcionalmente à gravidade da inexecução perpetrada pela contratada;

III - Suspensão temporária para participação em licitações com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. Esta reabilitação será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração do contratante pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com bases no subitem anterior;

V - Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal por prazo de até 05 (cinco) anos e, sendo o caso, descredenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, por igual período (Art. 7º da Lei 10.520/02).

7.4. Nas condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações na forma definida neste termo de referência como também naquelas previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato, poderá a Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a **rescisão do contrato**.

7.5. O contratante poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela contratada, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas que impossibilitem o recebimento efetivo dos serviços prestados e que gerem custos em virtude de eventual contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (**Acórdão TCU n. 567/2015- Plenário**).

7.6. A multa eventualmente imposta à contratada será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus. O valor da multa será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (**Arts. 29 e 30 da Lei n. 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011-Plenário**).

7.7. Quando o valor do pagamento a que fizer jus a contratada não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União - GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (**Lei n. 6.830/80**).

7.8. As multas não eximem a contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros. Os valores originados dessa conduta da contratada serão corrigidos pelos mesmos critérios de atualização das multas.

7.9. O procedimento para aplicação de sanções ao contratado observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>. A contratada será cientificada das eventuais alterações dessa norma.

8. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

8.1 A gestão e a fiscalização dos serviços será exercida pela Comissão de Auditoria da Votação Eletrônica e pela titular da Coordenadoria de Material de Patrimônio - COMAP.

9. RESPONSABILIDADE PELA ELABORAÇÃO DO TR

9.1. As especificações do objeto e demais regras aplicáveis à contratação foram elaboradas pela equipe da Coordenadoria de Material de Patrimônio - COMAP.



Documento assinado eletronicamente por **RUDMA ROSA OLIVEIRA COSTA, Coordenador(a)**, em 01/07/2022, às 09:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0851646** e o código CRC **47E449A4**.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

0002835-64.2021.6.22.8000

0851646v4

Criado por 009193402356, versão 4 por 009193402356 em 30/06/2022 19:02:19.